

## Estudo sobre o plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas

Em Dezembro de 2015, o Conselho de Estado definiu 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas sob a jurisdição da RAEM e as suas delimitações terrestres e marítimas, criando um espaço mais amplo para o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau. Foi criada, a 4 de Julho de 2016, a Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, presidida pelo Chefe do Executivo, com vista a acelerar a gestão e o aproveitamento dos 85 quilómetros quadrados de área marítima. Simultaneamente foi dado início ao estudo relativo ao “Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2030)”.

O Governo da RAEM atribui muita importância ao trabalho de gestão da área marítima e empenha-se na administração centralizada da utilização e desenvolvimento das áreas marítimas em articulação com a estratégia de desenvolvimento nacional de «Uma Faixa, Uma Rota», com a meta da acção governativa da construção de “Um Centro, Uma Plataforma” e com o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau e a cooperação regional, para cumprir a missão confiada pelo Estado no sentido de utilizar os recursos marítimos de acordo com a lei e de forma científica.



Apresentação geral e conteúdo acrescentado do documento definitivo do Plano Quinquenal

## Plano Científico para o Progresso das Indústrias e Promoção da Diversificação Económica



Em 2016, a economia de Macau continuou na fase de ajustamento. O PIB foi de 358,2 mil milhões de patacas, verificando-se uma descida de 2,1 por cento em termos reais significativamente inferior à quebra registada em 2015. Enquanto no primeiro semestre registava um recuo homólogo de 9,7 por cento, em termos reais, no segundo semestre inverteu a tendência, apresentando um crescimento económico real de 5,7 por cento.

No entanto, manteve-se o indicador económico do emprego e uma estabilidade financeira e monetária. O Governo da RAEM iniciou, em 2015, a construção do "Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento Diversificado da Economia de Macau". Após dois anos de estudo básico, ajustamento, recolha e análise dos dados, foi publicado, em 2016, o "Relatório 2015 de Análise do Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento Diversificado da Economia de Macau", reflectindo-se a situação da diversificação económica de Macau, através de dados dos diversos sectores, com vista a proporcionar uma medição científica e um planeamento para o futuro desenvolvimento.

Em 2016, o sector de convenções e exposições conheceu um progresso firme com a estratégia dada à "prioridade às conferências". O Governo da RAEM introduziu e realizou com sucesso várias actividades de convenções e exposições de grande dimensão em Macau, alargando-se benefícios derivados da realização daquelas actividades até aos diferentes bairros comunitários locais e aumentando o nível profissional e a eficácia dos projectos de convenções e exposições de marcas locais. Foi dado apoio aos operadores do sector MICE de Macau na realização de convenções e exposições no exterior, salientando-se os elementos relativos à plataforma de serviços sino-lusófona. No segundo semestre de 2016, iniciou-se o "Estudo sobre o Plano de desenvolvimento de Convenções e Exposições" para proporcionar políticas e medidas mais eficientes no futuro desenvolvimento do sector. A par disso, foi concluída a revisão da "Lei do Comércio Externo", introduzindo-se o Regime do Livrete A.T.A, e criando assim um ambiente de negócio mais favorável ao desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições e da logística moderna.

Gradualmente assiste-se ao crescimento das indústrias nas áreas do comércio electrónico, cultural e criativa e da medicina tradicional chinesa. Em 2016, o Governo da RAEM lançou novas "Medidas de Incentivo para a Promoção do Comércio Electrónico (Utilização de Plataformas B2C)". Além disso, as aplicações móveis foram incluídas no âmbito de apoio financeiro concedido através do "Plano de Apoio Financeiro a Sítio Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas". Por outro lado, com o impulso dado pelo Grupo Especializado Interdepartamental, uma empresa financeira local já iniciou a cooperação com uma empresa financeira do interior da China, tendo lançado um serviço com um modelo novo de pagamentos online e offline. Em Julho, foi aprovado o estabelecimento de uma nova instituição financeira para prestação de serviços de pagamentos através da internet e do telemóvel.

Relativamente ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, no âmbito da cooperação Guangdong-Macau, uma parte de projectos admitidos na zona conjunta de escritórios do Parque encontram-se em fase de execução dos trabalhos preliminares e uma outra parte em fase de operação e exploração de actividades. Tomando Moçambique como ponto de partida para desenvolver a cooperação com os países de língua portuguesa, foi dado início aos trabalhos preliminares de preparação de registo dos primeiros produtos piloto fabricados

por empresas candidatas que pretendem instalar-se no Parque. A entrada e estabelecimento no Parque do Centro Certificador do Gabinete de Ligação da Administração de Alimentos e Drogaria da Província de Guangdong e da Base Internacional para a Industrialização da Medicina Tradicional Chinesa da Bolsa de Tecnologia da China gerou vantagens e marcas profissionais favoráveis tanto ao desenvolvimento dos projectos do próprio Parque como à atracção à entrada e estabelecimento no parque de outras empresas. A par disso, foi estimulada a cooperação regional, com a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau na Indústria da Medicina Tradicional Chinesa com os representantes da parte de Guangdong junto do Grupo Específico para a Cooperação no Sector da Medicina Tradicional Chinesa, ao mesmo tempo foi reforçada a promoção do “National Veteran Traditional Chinese Medicine Physicians Inherited Workshop”.

O sector financeiro, com características próprias, é uma área emergente que merece a exploração do Governo da RAEM, pelo que foi já criado um grupo específico para promover, de forma coordenada, o desenvolvimento do sector, nomeadamente, as actividades de locação financeira, gestão de activos e serviços financeiros no âmbito da cooperação sino-lusófona, começando pelo estudo das matérias tributárias, de leis e regulamentos, modelos de fiscalização, formação pessoal e captação de investimentos. Foi dado início ao trabalho de investigação sobre o sector financeiro para promover a transformação de Macau na plataforma de prestação de serviços financeiros no âmbito da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. O “Sistema de Liquidação Imediata em Tempo Real em Renminbi” já está instalado online, contribuindo para promover a construção de Macau na plataforma de liquidação em Renminbi entre a China e os países de língua portuguesa.

Entraram sucessivamente em funcionamento as plataformas da promoção dos produtos alimentares dos países de língua portuguesa, tendo sido inaugurado, em Março de 2016, o “Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa”. Os Gabinetes de Ligação do IPIM em Fuzhou e em Guangzhou instalaram, respectivamente, no interior da China, zonas de exposição dos produtos alimentares dos países de língua portuguesa. Por outro lado, está a crescer o conteúdo e função do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

## **Ajudar empresas no aumento da qualidade e da criatividade e apoio ao empreendedorismo juvenil para o pleno emprego**

Em 2016, o Governo da RAEM continuou a implementar e a aperfeiçoar os diversos planos de apoio às pequenas e médias empresas e estimulou a concretização de actividades da aquisição de bens e serviços produzidos em Macau. Foi dado impulso à realização de actividades no âmbito do “Programa de Parcerias de Fornecimento de Pequenas e Médias Empresas Locais”, por parte de todas as operadoras de jogo juntamente com as associações industriais e comerciais locais. O referido programa abrange mais de 15 mil tipos de produtos e 400 serviços. Foi instalada uma página electrónica exclusiva para as pequenas e médias empresas para o acesso às informações de negócios que contém, de forma integrada, informações de aquisição. O Governo emitiu

orientações aos serviços administrativos relativas à aquisição preferencial de bens e serviços produzidos localmente pelos serviços públicos locais.

A partir de Novembro de 2015, o Governo da RAEM lançou sucessivamente e em colaboração com cinco associações comerciais e industriais, uma prestação de serviços, na modalidade de “entrega de serviços ao domicílio”, tendo alargado, até ao presente data, para um total de dez postos para recepção de documentação dispersos em todo o território de Macau. Para além disso, foi lançada uma versão aperfeiçoada da prestação de serviços, na modalidade de entrega de serviços ao domicílio, criando a figura de “assistentes de ligação empresarial”, que têm a iniciativa de efectuar, de forma regular, visitas às pequenas e médias empresas, juntamente com representantes das associações comerciais e industriais dos diferentes bairros locais, para divulgar as medidas diversas de apoio existentes, acompanhando, por iniciativa própria, ajudando a resolução dos problemas das pequenas e médias empresas e, prestando serviços mais diversificados e directos às micro, pequenas e médias empresas. Foi alterado o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” que aumentou o limite máximo do montante de crédito garantido, passando de cinco milhões para sete milhões de patacas e proporcionou às empresas beneficiadas, que já tinham reembolsado totalmente os subsídios recebidos no âmbito do “Plano de Garantia de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, oportunidade de acesso, pela segunda vez, ao mesmo plano de apoio. Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM empenhou-se na promoção da economia comunitária, no apoio à realização de actividades para a promoção do consumo em bairros comunitários e na intensificação do trabalho de investigação e estudo em prol do desenvolvimento da economia comunitária.

Em 2016, com diversas medidas e para apoiar o empreendedorismo juvenil, o Governo da RAEM continuou a implementar e a aperfeiçoar o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”, alargando o âmbito de beneficiários e simplificando os procedimentos e formalidades dos pedidos. Acompanhamento de perto dos casos de empreendedorismo juvenil, tirando conclusões sobre experiências adquiridas e eficácia das medidas adoptadas. Além disso, tomou a iniciativa de lançar os serviços de consultadoria gratuitos aos jovens empreendedores, ajudando-os na resolução das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento dos seus negócios e no crescimento da sua capacidade de exploração de negócios. A Direcção dos Serviços de Economia, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a Comissão Preparatória de Formação de Empreendedorismo e Inovação da Juventude lançaram, em conjunto, o “Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude”, que pretende explorar ideias excelentes de empreendedorismo juvenil, apoiando a incubação bem sucedida, valorizando efectivamente a função do “Centro de Incubação de Empreendedorismo da Juventude”. A Direcção dos Serviços de Economia celebrou um acordo de cooperação com o Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Nansha de Guangzhou, fornecendo informações sobre o ambiente, infraestrutura e políticas preferenciais favoráveis à criação de negócios, a favor dos jovens de Macau, e recomendando a entrada no parque para incubação de empresas criadas por jovens de Macau. Por outro lado, são proporcionadas ajudas aos interessados oriundos de outras províncias e municípios do interior da China, para criar os seus negócios e investir em Macau, bem como articular-se de forma dinâmica com os jovens empresários de Macau, no sentido de criar efeitos aditivos.

Foram organizados cursos de formação de natureza específica. O Governo da RAEM, em colaboração com associações de operários e operadoras de jogo, organizou, pela primeira

vez, o curso de formação sobre o desempenho profissional para os trabalhadores do sector de jogo, visando melhorar a sua qualidade profissional integrada e impulsionando a sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Foi implementado o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de “formação remunerada em serviço”, tendo por objectivo dar oportunidades de formação diversificada de aptidões ao pessoal do nível de base da área de reparação em empresas, aos trabalhadores admitidos recentemente e aos residentes locais com interesse em mudar de emprego, que são incentivados para obter, por exame, o certificado de qualificação profissional. Até finais do primeiro semestre de 2016, seis empresas de diferentes tipos participaram nesse plano, sendo que mais de 90 indivíduos foram admitidos com sucesso após encaminhamento, e outros 90 conseguiram mudar de emprego. A par disso, deu-se continuidade ao reforço da cooperação com instituições do interior da China e do exterior no desenvolvimento de testes de técnicas profissionais e de certificação profissional. Por outro lado, foi dado o apoio na integração laboral dos idosos e dos desfavorecidos e concluída a elaboração de diploma legal e administrativo e do estudo sobre o eventual lançamento de medidas de incentivos fiscais para empregadores, que tenham trabalhadores com deficiências no seu serviço, bem como apoiar através de subsídios os trabalhadores a tempo inteiro com baixo rendimento e titulares do cartão de registo de avaliação de deficiência, emitido pelo Instituto de Acção Social.



#### Formação de quadros talentosos elevar a competitividade

## Reforço da fiscalização dos promotores de jogo e incentivo para as componentes não-jogo

No segundo semestre de 2016, a indústria do jogo retomou o seu crescimento, tendo a receita total anual dos jogos de fortuna e azar cifrando-se em 223.2 mil milhões de patacas, uma queda de 3,3 por cento em relação a 2015. O Governo da RAEM promoveu e incentivou as operadoras de jogo a aplicar os recursos nas actividades correlativas à componente não jogo durante o período de ajustamento do sector, dar preferência à aquisição de bens e serviços produzidos localmente e introduzir, nas suas instalações, empresas locais para exploração de actividades, com vista a dinamizar o desenvolvimento do sector empresarial local. A par disso, foi realizada a optimização dos métodos de recolha e de produção de dados estatísticos, permitindo, deste modo, uma avaliação mais abrangente sobre o desenvolvimento das actividades correlativas não jogo, dinamizado pelas operadoras de jogo e os benefícios usufruídos pelas empresas locais. Entretanto, o Governo da RAEM divulgou o relatório de um estudo intitulado “Revisão Intercalar do Sector de Jogos de Fortuna e Azar”, que contribuiu para aprofundar o conhecimento das operadoras de jogo sobre a sua própria situação e a do sector, quer em termos de exploração de actividades, quer em termos de competitividade, para que seja dada maior importância, aplicados mais recursos para o desenvolvimento dos elementos que não estão associados ao jogo e reforçadas as acções de formação destinadas à população empregada local.

Foi reforçada a gestão dos promotores de jogo, incluindo a verificação da existência ou não de um regime contabilístico perfeito devidamente implementado, de cumprimento ou não do

determinado em relação ao limite superior das comissões, do cumprimento ou não da instrução que define as medidas preventivas da prática do crime de branqueamento de capitais, entre outras situações. Paralelamente, iniciou-se a revisão do regulamento administrativo que “Regula a actividade de promoção de jogo de fortuna ou azar em casino”. Foi ainda adoptada uma medida de proibição de utilização de telemóveis junto das mesas de jogo, como forma de eliminar irregularidades na prática do jogo, entre outras, por exemplo, efectuar apostas através de telefone. Deu-se também início à revisão da lei que regula o “Condicionamento da entrada, no trabalho e do jogo nos casinos”, tendo considerado a eventual introdução de normas relacionadas com a proibição da prática de jogos por trabalhadores ligados ao jogo. Foi organizado o curso de formação sobre o desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo, visando melhorar a sua qualidade profissional integrada e aumentar a sua competitividade no trabalho.

## **Respeitar os Idosos, Cuidar dos Menores e Atender ao Bem-Estar da População e Simultaneamente Desenvolver Condições Ideais para o Lazer e a Habitação**



A melhoria contínua do bem-estar da população e o aumento da qualidade da vida constituem a missão prioritária da acção governativa. Em 2016, o Governo da RAEM envidou